

“História da África Lusófona” - uma abordagem ao passado dos territórios africanos de língua oficial portuguesa.

João Rocha Nunes¹

Pretende-se, com esta recensão, analisar um livro de Armelle Enders que tem por título “História da África Lusófona”. Trata-se de uma obra dada à estampa em 1994, sendo que a edição portuguesa data de 1997. Este estudo não tem tido a devida atenção, quer por parte da comunidade científica, quer pelos leitores em geral². Justifica-se tal facto? Ou pelo contrário trata-se de um título que merece outro tipo de projecção?

No que respeita à estrutura do livro, verifica-se que está dividida em cinco capítulos, ordenados de forma diacrónica, a saber: *Capítulo Primeiro: De um mundo novo a outro*; *Capítulo Segundo: A África no império português - séculos XVI-XVIII*; *Capítulo Terceiro: A construção do “Terceiro Império” (1822-1926)*; *Capítulo Quarto: A África na Ditadura (1926-1974)*; *Capítulo Cinco: Histórias Separadas*.

O primeiro capítulo, como seria de esperar, principia precisamente pela crise de 1383-85 e a afirmação da dinastia de Avis (período fulcral para a compreensão da emergência de Portugal enquanto potência marítima). O texto prossegue com a conquista de Ceuta e as vicissitudes da expansão portuguesa no decurso do século XV, centrando-se sobretudo nas políticas régias e nas viagens marítimas.

O “Capítulo Segundo” divide-se em duas partes. Primeiramente ocupa-se da política africana no reinado de D. João III e do desastre de Alcácer-Quibir. Numa segunda parte, foca as relações dos portugueses com alguns potentados da África subsaariana, designadamente os reinos do Congo, Dongo e Monomatapa. Termina com uma menção às trocas comerciais, dando particular ênfase ao tráfico negreiro e à tentativa de revigoração do mercado de matérias-primas em meados do século XVIII.

A realidade colonial no período da Monarquia Constitucional dá o mote ao terceiro capítulo, no qual se sublinham as dificuldades de Portugal em exercer a autoridade nos territórios africanos no decurso da centúria de Oitocentos. Com efeito, parcelas destes territórios eram governadas por mercadores, sobretudo ligados ao tráfico de escravos. Curiosa a descrição de um destes indivíduos, Francisco Félix de Sousa, particularmente

¹ Mestre em História Moderna. Docente da Escola Superior de Educação de Viseu.

² Não abundam as citações a esta obra em artigos científicos. Por outro lado, à excepção de uma reedição em 2008, desconheço a existência de outras edições do livro.

no que tange à forma de vestir e ao seu séquito. A questão da escravatura acaba por ser, igualmente, focada no contexto das pressões internacionais para a sua abolição. São também feitas referências à economia colonial do século XIX, mormente à cana-de-açúcar, tinturaria e café. O cerne do capítulo passa, contudo, pelas questões coloniais que na segunda parte do século XIX opuseram Portugal a diversos estados europeus, em particular à Inglaterra e que determinaram a geografia de parte considerável do continente Africano.

O capítulo quarto remete, fundamentalmente, para o período do Estado Novo, sobretudo para o Portugal colonial da época salazarista. Enders releva, todavia, a afirmação de movimentos nacionalistas no pós-Segunda Guerra Mundial e a Guerra Colonial. O 25 de Abril e a descolonização encerram o capítulo.

O capítulo quinto é designado de “Histórias separadas”. Aqui faz-se referência às vicissitudes políticas dos diversos estados africanos no período pós-independência, nomeadamente às guerras civis que assolaram Angola e Moçambique nas décadas de 70 a 90 do século XX.

Como se verifica, Armelle Enders realizou um estudo centrado no plano institucional/político da África lusófona dos últimos cinco séculos. Pese embora este seja o pano de fundo, as referências às realidades económicas e sociais são também frequentes no texto, nomeadamente à economia dos territórios africanos (as formas de exploração da terra/as matérias-primas; o comércio/tráfico negreiro) A clareza do discurso, a forma como construiu a narrativa valorizando aspectos históricos relevantes possibilitam ao leitor, menos familiarizado com a matéria, entrever instituições, formas de ocupação e o ordenamento de territórios com ligações profundas a Portugal no tempo longo. Em suma, trata-se de uma obra particularmente útil ao leitor que almejar conhecer, nos seus aspectos mais genéricos, a história económica e sobretudo institucional e política dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Todavia, se a autora, na narrativa histórica, valoriza o plano institucional/político, ao invés negligencia os vectores culturais da história da África lusófona. Com efeito, as referências culturais são parcas. A prática religiosa não merece particular atenção, a despeito de alusões pontuais, como por exemplo à missão, ao “Tchiloli” de S. Tomé e à conversão dos reis do Congo. Acresce que optou por não fazer qualquer menção à arte, quer religiosa, quer laica. Ora, a dimensão cultural é fundamental para uma melhor compreensão da realidade histórica. De assinalar, a título de exemplo, os estudos de Wolfgang Reinhard e Heinz Schilling, que ao sublinharem o papel

desempenhado pelas confissões religiosas no processo de disciplinamento social na Época Moderna, destacaram a importância dos contextos culturais no processo de conformação de identidades sociais e políticas. A historiografia alemã contribuiu, assim, para problematizar a questão das identidades. Estas não podem apenas ser consideradas como decorrentes da afirmação dos Estados-Nação no século XIX³.

Nesta obra não se evidencia, igualmente, qualquer desígnio da autora em questionar a realidade histórica problematizando-a. Enders limita-se à narração de um conjunto de factos e acontecimentos. É possível que o tenha feito de forma deliberada; um texto meramente descritivo, pela sua própria natureza, é mais acessível aos leitores. De assinalar, que a obra é sobretudo dirigida ao público em geral.

Importa, ainda, referir que a perspectiva de análise é europeia. Esta perspectiva torna-se particularmente visível quando Armelle Enders aborda o passado dos territórios africanos na Época Moderna. Nos três primeiros capítulos, a história destes espaços geográficos confunde-se com o périplo da expansão portuguesa. Por outras palavras, a análise centra-se, maioritariamente, nas relações entre Portugal e África. E nesta questão perfilha o que os historiadores portugueses têm dito sobre o assunto⁴. Não se pense, contudo, que esta visão decorre da circunstância de a historiadora ser europeia. Infelizmente hoje, tal como em 1994 (ano da 1ª edição do livro, recorde-se), não abundam estudos de monta sobre história africana noutras perspectivas que não a europeia. Nota-se, todavia, para o Período Contemporâneo (época em que as fontes são mais prolixas) um esforço em perscrutar a realidade histórica, perspectivando-a a partir do continente africano que não apenas nas relações de países europeus com África. Testemunham-no as referências aos movimentos nacionalistas ou aos meandros da política africana no pós-1975. E esta é, sem dúvida, uma mais-valia da obra. Consequentemente este livro merecia outro tipo de atenção.

Por fim, refira-se, que Armelle Enders não acredita na lusofonia. Para ela a utilização do conceito não “tem qualquer sentido”, afirmando que apenas uma ínfima minoria de africanos que estiveram sujeitos à administração colonial se expressa na actualidade em língua portuguesa. Considera, ainda, que África lusófona “é uma

³ REINHARD, Wolfgang - *Confessionalizzazione forzata? Prolegomeni ad una teoria dell'età confessionale. Annali dell'Istituto storico italo-germanico in Trento*, nº 8, 1982, p. 13-37; SCHILLING, Heinz - *Confessionalization in the Empire: Religious and Societal Change in Germany. Essays in German and Dutch History*. E. J. Brill, Leiden - Nova Iorque, 1992, p. 205-245. Sobre esta matéria veja-se, igualmente, a síntese feita por PALOMO, Federico - *A Contra Reforma em Portugal (1540-1700)*. Lisboa: Livros do Horizonte, 2006, p. 10-14.

⁴ Uma leitura actual da história da expansão portuguesa pode ser colhida em BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

maneira cómoda de designar os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”⁵. Quer isto dizer que a historiadora francesa vincula o conceito a uma questão meramente linguística. Hoje, tal como em 1994, a lusofonia ainda é vista com desconfiança por sectores intelectuais. Por outro lado, há quem a associe a uma certa nostalgia do tipo imperial. Não é meu propósito entrar nesta problemática, que extravasa os propósitos desta recensão. Não obstante, e tal como refere Moisés de Lemos Martins, a lusofonia “transcende largamente a questão linguística”⁶. Ou seja, deve ser entendida como imaginário plural, agregador das identidades de diversos países que partilham um património comum⁷.

⁵ ENDERS, Armelle - *História da África Lusófona*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1997, p. 7.

⁶ MARTINS, Moisés de Lemos - A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In MARTINS, Moisés de Lemos; CABECINHAS, Rosa (eds.) - *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 79.

⁷ *Idem*.